

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

THAÍNA FRANCIS ANUTO

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: POSSÍVEIS INFERÊNCIAS  
PARA MUDAR ESSE CENÁRIO.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA  
2013

THAÍNA FRANCIS ANUTO



**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: POSSÍVEIS INFERÊNCIAS  
PARA MUDAR ESSE CENÁRIO.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. M.Sc. André Sandmann

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA  
2013



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

Evasão escolar no ensino médio: Possíveis inferências para mudar esse cenário

Por  
**THAÍNA FRANCIS ANUTO**

Esta monografia foi apresentada às 19h20 do dia **05 de abril de 2013** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof. M. Sc. André Sandmann  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientador)

---

Prof Dr.Fenando Periotto  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof M.Sc Henry Charles A.D.N.T.M. Brandão  
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico a Deus por tudo que me proporciona na vida.  
A minha mãe pelo exemplo de vida e família.  
A minha irmã por tudo que me ajudou até hoje.  
Ao meu esposo Leandro, pelo carinho, compreensão e companheirismo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força durante todo o curso, a minha mãe e a minha irmã que sempre estiveram do meu lado, ao meu pai que de onde ele estiver eu sei que estará olhando e torcendo por mim. Obrigada por serem a minha referência de tantas maneiras e estarem sempre presentes na minha vida de uma forma indispensável.

Ao meu esposo, Leandro, que representa minha segurança em todos os aspectos, meu companheiro incondicional.

Ao meu professor orientador André Sandmann pela persistência e por não me deixar desistir.

A todos os professores que nos passaram um pouco do seu conhecimento durante o curso.

Muito obrigada a todos, só consegui chegar até aqui porque vocês estavam do meu lado.

“Eu educo hoje, com valores que recebi ontem  
para pessoas que são o amanhã.  
Os valores de ontem, eu conheço;  
Os de hoje, percebo alguns;  
Os de amanhã, não sei.  
Se uso os de ontem, não educo: condiciono.  
Se uso os de hoje, não educo: complico.  
Se uso os de amanhã, não educo: faço experiências.  
Mas, se uso os três, faço educação.  
Educa quem é capaz de fundir ontens, hojes e amanhãs,  
Transformando-os num presente,  
Onde o amor e o livre arbítrio sejam bases.  
Educar é cultivar valores, é ciência, é arte, é experiência, é intuição”.

(Aldo Colombo)

## RESUMO

ANUTO, Thaína Francis. Evasão escolar no ensino médio: Possíveis inferências para mudar esse cenário. 2013. 30. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

Este trabalho apresenta alguns dos motivos que leva a evasão escolar. Buscou-se esse tema por se perceber que a evasão, problema sempre frequente na história da educação escolar brasileira, tornando-se a cada ano proporções inaceitáveis, portanto, não pode ser analisado fora de um contexto histórico mais amplo, pois é reflexo da realidade de níveis anteriores do ensino, influenciando de diversas maneiras para o abandono escolar. Esta monografia analisa a produção teórica que aborda a evasão no ensino médio. O presente trabalho faz uma conceituação do porque os alunos abandonam os estudos em pleno ano letivo e o que pode ser feito para minimizar essas causas.

**Palavras-chave:** Causas da evasão. Escola motivadora. Alunos capacitados.

## ABSTRACT

ANUTO, Thaína Francis. Truancy in high school: Possible inferences to change that. 2013. 30. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

This work shows the greatest reasons high school dropout. This theme was chose by perceiving that the dropout, an always frequent issue in the history of Brazilian high school education, reaching unacceptable proportions year after year, therefore it can't be analyzed out of an wider historical context, because it is a reflex of the reality of previous levels of education, influencing in various ways of high school dropout. This monograph analyzes the theoretical production that addresses the dropout at high school. The present work makes a conceptualization of the causes of the students leaves the school during school year and what can be done to minimize these causes.

**Keywords:** Causes of evasion. School motivating. Students trained.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>12</b>
2.1 A escola e a formação de cidadãos.....	12
2.2 Educação e principais conceitos.....	16
2.3 A importância do projeto político pedagógico.....	17
2.4 Evasão escolar e principais conceitos.....	18
2.5 Evasão escolar e principais causas.....	21
2.6 Possíveis inferências para evitar a evasão escolar.....	24
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um desafio para os profissionais da educação e uma das maiores preocupações no sistema de ensino. A oportunidade para estudar nem sempre é absorvida pelos alunos como algo imprescindível para suas conquistas e avanços no contexto social. Por isso, muitos cidadãos sofrem sérias consequências em sua vida profissional pela decisão de não usufruir dos benefícios educacionais em épocas propícias à sua idade/série. Números da evasão no Brasil mostram que a todo ano milhares de crianças e adolescentes deixam as salas de aulas pelos mais diversos motivos.

O direito à educação é uma conquista obtida por toda sociedade ao longo de décadas e ela deve ser assegurada a todos, por isso, cabe à escola observar a situação de compromisso de seus alunos e, com isso promover atitudes de incentivo e de permanência dos mesmos com sucesso em todas as etapas do ensino, com isso, sendo sempre alvo de debates, são várias as leis e programas voltados à regulamentação, manutenção e desenvolvimento, para garantir o direito à educação.

Busca-se saber qual a maior causa que leva evasão escolar, deste modo, demonstrar por dados concretos suas consequências. A prática do trabalho para ajudar no sustento da família é apontada como uma das maiores causas da evasão escolar. São propostas algumas mudanças por especialistas, na tentativa de melhora no sistema de ensino: como uma boa estrutura física, assim como um corpo docente capacitado e engajado em promover a unidade da escola através da excelência na prestação de cada serviço prestado

Não existe uma fórmula exata para melhoria do sistema de ensino, com técnicas prontas a serem trabalhadas, é necessário o comprometimento entre Estado, sociedade, família e escola. Esta pesquisa bibliográfica objetivou fundamentar a importância do desenvolvimento do estudante, apontando algumas das principais propostas para promover o acesso e a permanência de alunos nas escolas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS.

De acordo com Moreira (2007) no Brasil a primeira lei a introduzir o direito à educação foi a Constituição de 1824, a qual garantia à instrução primária gratuita a todos os cidadãos. A Constituição do Império, em seu art. 179, dispôs sobre a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, tendo com base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. De modo, que ao Estado cabia assegurar a oferta de ensino gratuito, a liberdade de ensino e estabelecia a regulamentação de existência de ensino público e particular.

Por meio deste princípio, a escola é considerada o reflexo da sociedade, pois é uma instituição que promove a conscientização relacionada à destruição do meio ambiente e a desvalorização de grupos menos favorecidos economicamente. A mesma ressalta a importância da amizade e a interação com grupos sociais em questões afetivas. Muitas vezes é vista como uma instituição motivadora, que trabalha a autoestima de seus alunos, conscientizando e formando valores e cidadãos.

O direito à educação é um direito social que está inserido dentre os direitos fundamentais do homem em nossa constituição, visto como meio certo a conquista de uma efetiva igualdade e de liberdade do cidadão, pois como descreve Silva (1995), os direitos sociais têm o condão de criar condições materiais na busca da igualdade real, na medida em que, proporciona condições ao exercício efetivo da liberdade.

Em pleno século XXI, é possível observar que os profissionais da educação estão vivenciando situações de violência, agressividade, desrespeito, falta de interesse, indisciplina a todo o momento, tanto nas escolas, quanto nas ruas e ambientes cotidianos, pois os alunos apresentam-se cada vez mais desmotivados para uma postura de cidadania, pois em suas famílias, sua comunidade, seu país não vê melhorias e nem respeito à condição humana e nem com os direitos plenos.

A escola com seu perfil educador e conscientizador, torna-se proveniente de seu importante papel perante a sociedade, ou seja, torna-se consciente no quesito

formação de gerações para uma sociedade melhor, mais humana, mais cidadã. Para muitos estudiosos e profissionais da área da educação, o papel da escola não é só propiciar o conhecimento intelectual que faz parte de sua grade curricular, mais sim preparar os jovens para o futuro.

O ser cidadão não é apenas possuir uma certidão de nascimento, tão pouco apenas exercer o direito do voto, é ter participação ativa na sociedade, é ter a capacidade de se posicionar quando se adquire um produto estragado exigindo a troca ou devolução do valor pago, a cidadania é exigir educação e atendimento médico de qualidade, além de um emprego e um salário digno de seus esforços. Ser cidadão é garantir que seus direitos sejam respeitados conhecendo os deveres inerentes a cada direito.

De acordo com Lima (2002, p. 71) “[...] a educação escolar para a cidadania só é possível através de práticas educativas democráticas, desta forma, promove valores, organiza e regula um contexto social em que se socializa e se é socializado.” Já Candau (1999, p. 112) diz que

[...] educar para a cidadania exige educar para a ação político-social e esta, para ser eficaz, não pode ser reduzida ao âmbito individual. Educar para a cidadania é educar para a democracia que dê provas de sua credibilidade de intervenção na questão social e cultural. É incorporar a preocupação ética em todas as dimensões da vida pessoal e social.

Sendo assim, para que o educando passe a agir como um verdadeiro cidadão é necessário fazer com que a cidadania seja vivenciada no cotidiano escolar, tendo o conhecimento das áreas, além do apoio das redes de ensino, pois as escolas são as incubadoras dos cidadãos, por possuírem como papel principal inestimável e imprescindível a formação dos mesmos. Nunes (1989, p.36) afirma que cabe

[...] a escola um lugar de destaque no alargamento das condições de exercício da cidadania e o domínio da 'norma culta' (no plano da linguagem) e dos conhecimentos, hábitos e comportamentos mais valorizados socialmente (dos quais, uma boa parcela é veiculada pela escola).

Ao entender qual o papel da escola, vale ressaltar que educar o aluno é a capacidade de treiná-lo e prepará-lo em várias atividades e diversos contextos de trabalho promovendo o desenvolvimento da solidariedade, da tolerância, da segurança, da capacidade de gerenciar pensamentos em momentos de tensão, da

habilidade de trabalharem grupos e também com perdas e frustrações. O papel da escola é formar pessoas capazes de saber como lidar com a vida, e não apenas isso mas também cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Para Libâneo (2002, p.7)

[...] é preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito à vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas.

Ao entender esse papel da escola, que a mesma deve exercer, cabe ao professor, além de outras tarefas, ensinar seus alunos a tomarem decisões, ensinar o certo ou errado numa época de tantas transformações na sociedade e no mundo, onde os valores estão sendo distorcidos e se extinguindo, além de estarem em constante transformação em plena tanta tecnologia.

Turra (1998) diz que é evidente afirmar que a educação visa à formação da personalidade, logo, do ser humano como um todo, cabendo ao professor abrir perspectivas para o autoconhecimento e a autoformação. O sentido da vida só pode ser aprendido pela própria pessoa, mas as atitudes podem ser ensinadas. Mesmo que o professor não considere as atitudes como objetivos destacados dentro de seu ensino, não pode ignorar que elas afetam a interpretação de tudo o que se percebe. As atitudes se modificam por meio de aprendizagens.

Em meio a tantos pressupostos teóricos, a escola é vista como o lugar para o ensino-aprendizagem dos valores, com a finalidade de promover o desenvolvimento pleno do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo, além de estimular o desenvolvimento de virtudes necessárias para a vida em sociedade.

De acordo com a Constituição de 1988, art. 205, a educação é vista como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania”. Portanto a tarefa de implementar a cidadania através da educação é, assim, dever de todos – cidadãos, escola, família e governo.

De acordo com Turra (1998, p.87)

[...] todos os educadores reconhecem a necessidade de estimular atitudes positivas, desenvolver apreciações e fortalecer valores, mas o sucesso do aluno é geralmente determinado pelas aprovações obtidas em exames tradicionais ou provas objetivas ou pelas colocações conseguidas através da apresentação de diplomas. Os sistemas educacionais, na realidade, concedem prioridade ao domínio cognitivo.

Outro fato interessante citado nos estudos de Brandão et al., (1983), onde são apresentados os resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica da América Latina (ECIEL), o qual se baseou em uma amostra de cinco países latino-americanos, e concluiu que "o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, sendo que, quanto mais elevado o nível da escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento".

Em algumas comunidades a visão conservadora de que as escolas de qualidade são as que suprem os alunos com datas, fórmulas e conceitos, e que um aluno é bom se ele tirar notas boas, ainda é supervalorizado. Por outro lado uma escola distingue-se desse modelo quando oferece um ensino de qualidade, formando pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais humanitária, enfatizando valores básicos na formação de cidadãos, tais como, liberdade, competência, responsabilidade e disciplina. De acordo com Heath (2001, p.20) "ensinar valores é um processo que acontece diariamente".

É na escola que também se devem informar os alunos sobre temas como drogas, violência e sexo. Por isso os PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais - temas transversais (1998, p. 17) afirmam que "compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política".

De acordo com Dimenstein (1993, p. 17) cidadania, "é uma palavra usada todos os dias e tem vários sentidos. Mas hoje significa, em essência, o direito de viver decentemente". Para que se tenha um cidadão que exerce seu direito de cidadania tem que ter uma educação voltada para tal objetivo. O mesmo autor ainda aponta que "cidadania é o direito de ter uma idéia e poder expressá-la" (DIMENSTEIN, 1993, p. 20).

Por outro lado "[...] a formação para a cidadania é o ponto mais importante e supõe, evidentemente, uma formação pessoal." (WERNECK, 1995 p. 13). Deste

modo, supõe reflexão e conhecimento dos valores que orientam a conduta real dos sujeitos e instituições sociais; enxergar as oportunidades para, conscientemente, aplicar os valores que se quer fundamentar; sugerir-los verbalmente e discutir sobre conduta com crianças, jovens e pares; ouvir e entender a compreensão alheia sobre regra; e, por fim, analisar o valor e a atitude coerente com o que se valoriza para desenvolver a humanidade a partir da observação da prática mantida nas diferentes situações (RODRIGUES, CYMROT, BARROS, MORAES et al., 2008, p. 24).

## 2.2 EDUCAÇÃO E PRINCIPAIS CONCEITOS.

A escola tem um papel fundamental no mundo do ser humano, pois se encontra voltada não só no desenvolvimento intelectual, mas também, no cuidado com aspectos físicos, emocionais, morais e sociais. O sistema escolar por meio de recursos culturais, humanos, financeiros, materiais entre alunos e comunidade no qual o mesmo esta inserido, busca atingir sua função social, onde seu funcionamento se dá por meio de uma rede de escolas e estrutura de sustentação com normas, metodologia de ensino, conteúdo, entidades mantenedoras, licitações entre outras.

Marx (1991) em seus pressupostos dizia que a educação é o único caminho para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania.

Arantes chama atenção que a sociedade atual necessita de uma educação do aluno como um todo, um ser humano complexo que deve ser trabalhado em diversas áreas e não apenas a cognitiva. A escola deve formar pessoas preparadas para o mundo e não apenas para provas, ou seja, a escola deve também ter em seu planejamento um ensino voltado para educação em valores.

Segundo Arantes (2003), a sociedade almeja que a educação inclua em seu núcleo de objetivos a formação integral do ser humano, sendo que tal proposta educativa tem como objetivo a formação da cidadania, visando à formação de alunos conscientes, críticos, democráticos e autônomos em meio às diversidades e conflitos de idéias, devido as influências da cultura e os sentimentos e as emoções

presentes nas relações que estabelecem consigo mesmos e com o mundo à sua volta.

A educação de certa forma busca diminuir as desigualdades sociais e para melhorar a qualidade de vida da comunidade. De acordo com Paro (1996, p. 14), “[...] é próprio da atividade educativa o fato de ela não poder realizar-se a não ser com a participação do aluno e esta participação é concretizada na medida em que o aluno entra no processo e assume seu o papel de objeto e sujeito da educação”.

Já para Adorno a

[...] educação não é modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar a partir do seu exterior, também não é a mera transmissão de conhecimento, mas a produção de uma consciência verdadeira, isto seria inclusive da maior importância política, formando pessoas emancipadas, conscientes e racionais (ADORNO, 2003, p.141).

Sendo assim, ao entender o problema, Paro (1996) aponta que a grande maioria da população de nossas escolas apresenta todo tipo de problemas relacionados à desnutrição, fome carência cultural e afetiva, falta de condições materiais e psicológicas para o estudo em casa, necessidade de trabalhar para ajudar no orçamento doméstico, bem como uma serie de outros problemas, advindos todos eles do estado de injustiça social vigente e que comprometem o desenvolvimento do aluno na aprendizagem.

### 2.3 A IMPORTANCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

O ato de planejar é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisões sobre ações a serem desenvolvidas, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30). Planejar é uma atividade que está dentro da educação, visto que esta tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação.

Tendo em vista que o projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola é o ponto de apoio teórico e de orientação de todas as atividades, por ela realizada,



Vasconcelos (2004, p.15) aponta que “[...] o projeto Político Pedagógico entra justamente, (re) construído e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança”.

Ainda em relação ao PPP, postula-se que projeto não pode ser uma camisa de força para a escola e para o professor, por outro lado deve dar base de tranquilidade, as condições para administrar o cotidiano e assim, inclusive, liberar espaço para a criatividade [...] a postura de abertura deve ser mantida (VASCONCELOS, 20004, p.47).

Em relação à direção escolar, Libâneo (2004) diz que a tarefa da direção da escola é, fazer de forma integrada e articulada, com que todos os elementos do processo sejam organizado, envolvendo atividades de mobilização, liderança, motivação, comunicação, coordenação. Por outro lado a coordenação é um aspecto da direção, significando a articulação e a convergência do esforço de cada integrante de um grupo visando sempre atingir os objetivos propostos, pois quem coordena tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liberar, concatenar o trabalho de diversas pessoas.

De acordo com a LDB - Lei de Diretrizes e Base, a escola deve garantir a entrada e permanência dos alunos até que seus estudos estejam concluídos. Por outro lado, a escola é vista como um profissional comprometido com a educação, que deve preocupar-se com a formação de cidadãos críticos, oportunizando a expressão de ideias, tornando-os indivíduos ativos e participantes na vida social, cultural e política de toda população que os circundam. De acordo com Demo (1993, p.21) para que tal contexto seja executado de forma simples e concreta é necessário “[...] dialogar com a realidade, inserindo-se nela como sujeito criativo”.

## 2.4 EVASÃO ESCOLAR E PRINCIPAIS CONCEITOS.

A evasão escolar faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais, um espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face

disto, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central a busca pelos motivos reais que ocasionam esse fato (QUEIROZ, 2004).

A evasão escolar compreende, em linhas gerais, o abandono da escola durante o período letivo, ou seja, o aluno se matricula, inicia suas atividades escolares, porém, em seguida deixa de frequentar a escola, por uma ou um conjunto de razões. Outra situação de evasão é quando o aluno se matricula, inicia o período letivo, no entanto, desiste ou embrenha na fuga do estabelecimento de ensino. Este seria na perspectiva mais adequada a evasão, cuja sanção seria a reprova por falta. Caso não fosse essa intenção poderia promover o trancamento do curso, possibilidade que muitas instituições contemplam em seus regimentos. E no período seguinte teria configuração do abandono do curso pela não renovação da matrícula.

A evasão, de forma clássica, consiste no ato ou processo de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir. Neste sentido, pode-se perceber que o termo evasão impõe uma marca para caracterizar o fenômeno de fuga. No caso, específico do ensino, tem-se a evasão marcada pela não matrícula, no qual o aluno não inicializa o período letivo. Sendo este fenômeno caracterizado como abandono do curso, vez que rompe com o vínculo jurídico estabelecido, vez que não renova o compromisso ou sua manifestação de continuar no com o estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

De acordo com Cury (2002), o direito à educação, previsto em lei, surge no final do século XIX e início do século XX na Europa. No Brasil, o ensino fundamental é tido como um direito reconhecido em 1934 e como um direito público subjetivo a partir de 1988. É inegável que este direito caminhe em direção à diminuição das desigualdades sociais e da discriminação, especialmente das classes social e economicamente menos privilegiadas.

Ao refletirmos sobre as causas da evasão escolar nos deparamos com questões relativas ao preconceito. Discutimos então, a partir dessa constatação, se a saída dos jovens da escola, em sua maioria os pobres, não se deve a concepções ideológicas que minimizam a importância e a necessidade de escola para quem possui diferenças em relação à normalidade e à expectativa vigentes.

Deve ser considerado que a questão do preconceito esteja intimamente vinculada à saída dos jovens da escola, pois, mesmo tendo que trabalhar, pode – se

perguntar sobre o porquê destes jovens não continuarem seus estudos em horários compatíveis com o trabalho. Como se pode ver, a literatura existente sobre o fracasso escolar aponta que, se por um lado, há aspectos externos à escola que interferem na vida escolar, há por outro, aspectos internos da escola que também interferem no processo sócio-educacional da criança, e quer direta ou indiretamente, acabam excluindo a criança da escola, seja pela evasão, seja pela repetência.

De acordo com Gaioso (2005), a evasão escolar é um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos. Tal problema vem preocupando as instituições de ensino em geral, seja público ou particular, pois a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas.

Visto que a evasão escolar é um problema de caráter social, La Taille, (1992, p.11) conceitua o homem como

[...] um ser essencialmente social impossível, portanto, de ter pensado fora do contexto da sociedade em que nasce e vive. Em outras palavras, o homem não social, o homem considerado molécula isolado do resto de seus semelhantes, o homem visto como independente das influências dos diversos grupos que frequenta, o homem visto como imune aos ligados da história e da tradição, este homem, simplesmente não existe (La Taille, 1992, p.11).

Lima (2008, p. 39) afirma que a "[...] associação entre fatores socioeconômicos e evasão na educação superior pode assumir níveis diferentes, a depender do fato de a pesquisa ser realizada em instituição pública ou privada". Conforme afirma Sousa (2011, p. 26), [...] a evasão escolar no Brasil é um problema antigo, que perdura até hoje. Apesar dessa situação ainda existir no Ensino Fundamental, atualmente, o que chama atenção é o número de alunos que abandonam o Ensino Médio.

De acordo com Queiroz (2011, p. 02),

[...] a evasão escolar, que não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho.

Para Bourdieu e Passeron (1975), a escola desconsidera o capital cultural de seus estudantes da classe pobre, sendo o professor responsabilizado pela evasão e pelo fracasso escolar do aluno, ou seja, “[...] os professores partem da hipótese de que existe, entre o ensinante e o ensinado, uma comunidade linguística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros” (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 12).

De acordo com Volpi (2009), do programa Cidadania dos Adolescentes do UNICEF – United Nations Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância) é necessário então que os professores tenham maior afetividade com seus alunos, procurando entendê-los e interagir com eles para que seja fortalecido um laço entre eles, isso contribui para o desenvolvimento da aprendizagem fazendo com que os alunos interajam com o professor deixando as aulas mais agradáveis proporcionando um momento de conhecimento.

## 2.5 EVASÃO ESCOLAR E PRINCIPAIS CAUSAS

O fenômeno do abandono escolar tem merecido especial atenção nos últimos tempos. Sendo um acontecimento que não aparece por acaso, ele acarreta consequências nefastas para a sociedade em geral, pelo que se torna urgente identificar as causas da sua persistência. As elevadas taxas de abandono escolar que atualmente se verificam, para além das consequências imediatas, têm consequências que só terão efeito no futuro. O abandono escolar prejudica a produtividade de um país e representa um desperdício lamentável de vidas jovens.

O abandono escolar não é só um problema social e educacional, ele é simultaneamente um problema econômico. A caracterização dos jovens que abandonam a escola é imprescindível para se identificar no tempo adequado, o aluno em risco de abandono. Identificar o “aluno em risco de abandono” permite que se possa agir sobre ele a fim de evitar a situação real de abandono e conseguir que ele “volte” à escola.

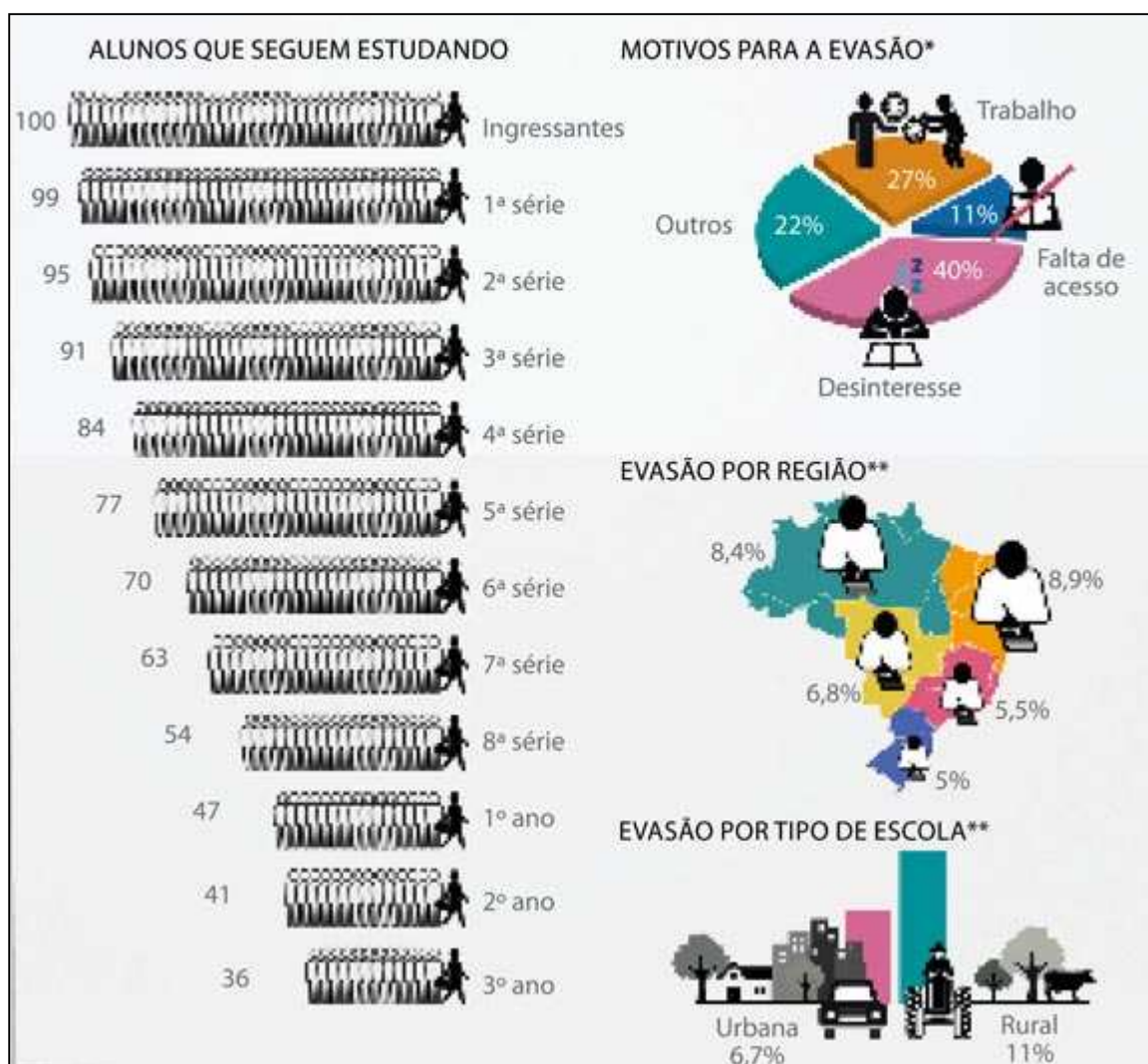
Já a família é apontada como um dos principais determinantes do fracasso escolar da criança, seja pelas suas condições de vida, ou por não acompanhar o

aluno em suas atividades escolares. Essas desigualdades sociais também presentes na sociedade brasileira, segundo Arroyo (1991), é resultante das diferenças de classe, e são elas que marcam o fracasso escolar nas camadas populares, porque é essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais.

De acordo com Patto (1987), a reprovação e a evasão escolar são um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola sendo que na produção desse fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na leitura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa da produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares.

Outro fator impediante relacionado ao desinteresse dos jovens estudantes do Ensino Médio de acordo com Lopez e Menezes (2002) são as sucessivas reprovações, que têm significativo peso na decisão de continuar ou não os estudos, pois, geralmente, a repetência é seguida pelo abandono escolar.

De acordo com a figura 1 e Meksenas (1992) é possível observar que os maiores motivos para o abandono escolar são: alunos obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário.



**Figura 1: Motivos para a evasão escolar entre jovens de 15 e 17 anos: no ensino fundamental**  
**Fonte: MEC/INEP (2005) e Pesquisa Motivos da Evasão Escolar/ilustração: Mariana Coan.**

De acordo com Oliveira (2012, p.05 apud Campos 2003), os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

Analisando a questão do fracasso escolar no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, Freitag (1980, p. 61) destaca que dos 1000 alunos iniciais de 1960, somente 56 conseguiram alcançar o primeiro ano universitário em 1973. Isso significa taxas

de evasão 44% no ano primário, 22% no segundo, 17% no terceiro. A elas se associam taxas de reprovação que entre 1967 e 1971 oscilavam em torno de 63,5%.

Sobre esta questão, porém, numa perspectiva mais recente, Lahóz (REVISTA EXAME, 2000) afirma que de cada 100 crianças que iniciaram os estudos em 1997, só 66 chegarão à oitava série.

Segundo Castro (1997, p. 29), a responsabilização do aluno pelo seu fracasso na escola tem como base o pensamento educacional da doutrina liberal a qual fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade de classe, e também tenta fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável “pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social”.

## 2.6 POSSÍVEIS INFERÊNCIAS PARA EVITAR A EVASÃO ESCOLAR.

O dever do Estado frente ao direito à educação vai além da garantia de ensino gratuito ao cidadão, na medida que, mantém um sistema assistencialista com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Tudo visando, suprir as necessidades elementares dos educandos, de modo, a possibilitar a continuidade de seus estudos. Cabe a família, a sociedade como um todo fiscalizar a aplicação dos recursos voltados à educação, bem como, auxiliar na conservação de escolas, acompanhamento aos professores, verificação de material didático. Dando, efetividade a uma gestão participativa do ensino brasileiro, no qual todos se voltam a um objetivo comum de formar cidadãos livres e capazes de tomar suas decisões.

A implantação dos programas voltados a diminuir o processo de evasão escolar tem apresentado resultados negativos, tornando-se desafiador para o professor, manter a permanência do aluno na escola.

Para que haja uma convivência pacífica no ambiente escolar, é necessário que apresente uma boa estrutura física, assim como um corpo docente capacitado e engajado em promover a unidade da escola através da excelência na prestação de cada serviço prestado. É importante ainda a criação de escolas em regime integral que ofereçam aos jovens oportunidades de formação profissional, com cursos de ponta que se coadunem com o atual mercado de trabalho, ainda que ofereça pelo

menos duas opções de curso de línguas e capacitação digital. Assim, teremos condições de não apenas prevenir, mas de capacitar meninos e meninas de baixa renda a terem condições reais de competir por um futuro melhor.

Que o esporte, a cultura e o lazer façam parte dessa malha interdisciplinar da Educação Restaurativa, onde o entretenimento seja garantido como uma forma mais ampla da inclusão social desses jovens alunos. Há verba para isso, há pessoas vocacionadas e preparadas para isso. O que está faltando é a vontade política.

Uma medida normativa e de intervenção de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é que uma das obrigações dos gestores do Ensino Fundamental é comunicar ao Conselho Tutelar a "reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares" (art. 56, II). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) diz que os estabelecimentos de ensino têm o dever de informar o pai e a mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência dos alunos (art.12, VII). Ainda de acordo com a LDB, cabe às escolas encaminhar ao Conselho Tutelar, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos com faltas acima de 50% do permitido em lei (art. 12, VIII). Assim, os gestores devem não só entender as causas, mas também agir para evitar e reverter o abandono escolar, mas nem sempre isto é levado à risca.

Sendo assim, deve-se levar em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, podendo-se classificá-las e agrupá-las, da seguinte maneira: escola - não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.; aluno - desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.; pais/responsáveis - não cumprimento de o pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc.; social - trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc. Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola.



### 3 METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica sobre a evasão escolar foi construída por intermédio de levantamento de dados encontrados na literatura já existentes, na busca para entender quais os motivos que levam os alunos a evadir, e o que se pode fazer para minimizar esse problema.

Os dados foram analisados por meio de análise textual qualitativa, a qual se desenvolveu mediante a fragmentação do material lido. Nesse processo, buscou-se ampliar o grau de conhecimento sobre este assunto, e desta forma tentar encontrar melhorias para esta situação que a cada dia se torna mais agravante na história do país.

Dessa forma, é válido lembrar que a análise da evasão escolar citada neste trabalho é uma pequena parte no que diz respeito a este tema, pois existem inúmeros estudos relevantes para a identificação de suas causas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a bibliografia estudada, foi possível caracterizar os maiores motivos que levam o aluno a evadir em meados ano letivo.

Usualmente a evasão tem como as dificuldades econômicas, nas quais os obrigam os a trabalhar para ajudar no orçamento da família. Desencadeando diversos fatores, podendo serem vistas no futuro como: a luta por um serviço melhor, exclusão social, não saber cobrar seus direitos, etc.

O fator “a baixa renda dos alunos” apresentou-se como o maior índice de evasão, onde obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos.

De acordo com a Figura 1, observa-se que 40% dos alunos evadidos deixaram os estudos por desinteresse, 27% por ter que trabalhar, 22% outros motivos e 11% por falta de acesso.

O desinteresse pela escola surge quando a escola não está tão atrativa ou quando a família não apoia. Percebe-se que quanto à evasão por motivo de trabalho o que prevalece é a questão financeira, deixando os estudos de ser prioridade quando há necessidade de sustento da família. A falta de acesso está contando como uma quantidade mínima, mas ainda existente.

Outros, estão relacionados a gravidez, casamento, dificuldades em se concentrar, notas baixas, etc. Assim, conclui-se que os alunos estão abandonando os estudos para entrar no mercado de trabalho, despreparados para um bom serviço, seguindo para os trabalhos que não exijam estudos.

Procurou-se diante dessa problemática soluções para minimizar esse cenário. Sabe-se que a escola tem a missão social de proporcionar ao indivíduo o papel intelectual, ressaltando a importância da amizade, trabalho em grupo e a interação com a sociedade, tornando-os capazes de lidar com a vida, e também se tornando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

A escola deve garantir a entrada e permanência dos alunos até que seus estudos estejam concluídos.

Para que haja melhoria é preciso envolver escola, comunidade e Estado. Deve-se levar em conta o convívio entre professor/aluno, a afetividade é de grande

importância para manter o aluno em sala de aula, pois se ele gostar do professor vai se esforçar mais para aprender, se tornando uma aula agradável.

Uma equipe pedagógica preparada, com uma aula bem planejada, evitando improvisos.

Nisso é preciso participar de estudos avançados, realizar pesquisas mais úteis e fundamentadas, adquirir postura crítica durante o trabalho pedagógico e envolver professores, gestores, comunidade, bem como de todos os sujeitos que se dedicam à exploração do saber.

A escola tem o papel muito importante para influenciar o aluno a acompanhar ou abandonar os estudos. É importante registrar que o problema administrativo gera outros problemas para a escola fora da área pedagógica, falta de profissionais da escola, depredação e tantos outros problemas. É preciso saber se a equipe gestora da escola encontra-se desfalcada, se a equipe pedagógica existe e é qualificada.

## 5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar sempre esteve presente no ambiente escolar, sendo até hoje uma grande preocupação. Convém sugerir que algumas medidas poderiam ser tomadas para amenizar os problemas do abandono da escola e assim, conter a evasão. Deve-se cuidar do aluno, motivando-o, assistindo-o e dando-lhe as condições básicas para que nele se desperte o interesse e a conscientização de que o estudo é importante para seu presente e futuro.

Conclui-se, portanto, que as causas da evasão vêm dos próprios alunos, uma vez que muitos abandonam a escola para trabalhar, ou seja, ajudar no sustento da família.

Verifica-se que as famílias devem ser conscientizadas sobre a importância do estudo para os filhos. Não há dúvida de que o meio em que o aluno vive é o familiar, cuidando dela, possivelmente se aportarão benefícios à questão educacional. São necessárias ações governamentais que visem à melhoria do nível de emprego permitindo melhores condições financeiras para que os pais possam arcar com as despesas da educação dos filhos, sem necessidade destes terem de se preocupar com sua sobrevivência priorizando o trabalho em detrimento dos estudos.

Intimamente relacionados a esses aspectos está a necessidade de melhoria da parte física da escola para a satisfação dos alunos em estar dentro de um colégio de bom aspecto, dotando-a de classes mais ventiladas, menos lotadas, com possibilidade de desenvolver esportes através de uma estrutura adequada.

Vale ressaltar que para que uma escola possa atender toda a comunidade de estudantes e professores, é preciso estar bem equipada. Hoje não se concebe uma escola, mesmo primária, sem equipamentos de informática, sem copiadora, sem equipamentos audiovisuais ou auditórios. Sendo que os professores é, e sempre será, um dos construtores importantes da questão educacional. É necessário proporcionar-lhe salários dignos, além de conceder cursos periódicos para aperfeiçoamento de seus conhecimentos e técnicas pedagógicas, fazendo com que eles prestem sua significativa parcela de contribuição na diminuição da evasão escolar, através de um trabalho parceiro e solidário.

Para o aluno, deve-se dar maior incentivo e melhorar a motivação das aulas, além de conscientizar os pais de que devem ter maior participação na vida escolar dos filhos e mobilizar as famílias acerca da importância dos estudos para eles.

A aproximação entre alunos, professores e núcleo gestor das escolas é outro fator importante que, ao acontecer, proporciona a satisfação de todos que dela participam. Via integração, há maior colaboração, compreensão, fraternidade e, conseqüentemente, o sucesso do coletivo escolar.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ARANTES, V. A. **Afetividade e Cognição: Rompendo a Dicotomia na educação**; In VIDETUR, n. 23. Porto/Portugal, Mandruvá, 2003. Disponível em <http://www.hottopos.com/videtur23/valeria.htm>. Acesso em 10 set 2012.

ARROYO, M. **Revedo os vínculos entre trabalho e educação**: elementos materiais da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Zaia et al. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil**. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, Paulo C. **Evasão Escolar**, São Paulo, Atlas, 1997.

Constituição de 1988, art 205: BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à Educação**: direito à igualdade, direito à diferença. In *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, julho/2002.

Demo (1993, p.21): DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel**. A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 3º ed. São Paulo, SP: Ed. Ática, 1993.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4ª ed., São Paulo: Moraes, 1980.

GAIOSO, N. P. de L. **O Fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília: 2005.

GIL, I. J. P. C. **Educação sob nova direção**. Disponível em: <[www.jucagil.sites.uol.com.br](http://www.jucagil.sites.uol.com.br)>. (2012).

Heath, H. **Ensinando Valores**. São Paulo: Madras, 2001.

IBGE (2007): **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. (Microdados).

INEP: **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (MEC/INEP)**. Estatísticas dos Professores no Brasil – Outubro de 2003.

Lahós Revista Exame, 2000: LAHOZ, André Casa. **Na Nova Economia a educação é um insumo cada vez mais importante**. Com investimentos, políticas consistentes e continuidade, o Brasil melhora suas chances de prosperar. In: **Revista Exame**. Ano 34, nº 75, abril 2000, p. 173-180.

LDB – Lei de Diretrizes e Base: BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** n. 9394/1996.

La Taille, Y. (1992). **O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget**. In: La Taille, Kohl, M. O. e Dantas H. Piaget, Vigotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussio. Sao Paulo: Summus.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** 6º ed São Paulo, SP. Cortez, 2002.

LIBÂNEO. José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Licínio C.. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Guia da escola cidadã; v. 4)

LIMA, João Batista Gomes de. **Estudo da evasão escolar do ponto de vista econômico: o caso dos Centros universitários Camilianos do Brasil.** 2008. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2008.

LOPEZ, F. L.; MENEZES, N.A. **Reprovação, Avanço e Evasão Escolar no Brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico, n. 32, 2002.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas.** 6ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social.** 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES (1989, p.36): NUNES, Clarice et al. **Escola e Cidadania: aprendizado e reflexão.** Salvador: Oea UFBA EGBA, 1989.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de. **“Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA.** Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos...pdf>. Acesso em: 28/12/2011.

Padilha (2001): PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

Paro (1996): PARO, Victor Henrique. **Administração escolar: Introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 1996.

PATTO (1987): PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do Fracasso Escolar: Historias de Submissão e Rebelia,** 1987.

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais – temas transversais (1998, p.17): BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

QUEIROZ, Lucileide Domingos (2004) **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar.** Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em: 22 nov. 2007.



Queiroz (2011, p.02): QUEIROZ, L.D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escola.

Rodrigues, C. C. L.; Cymrot, R.; Barros, S. D. P. S.; Moraes, U. C.; et all (2008). **Uma análise das questões ético-computacionais e suas consequências: como formar cidadãos conscientes e engajados na sociedade do conhecimento.**

SOUSA, Antônia de Abreu. **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?**

Disponível em:

<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/viewFile/1220/641...>

Acesso em 13/12/2011

TURRA (1998): TURRA, Clodia Maria Godoy et al. **Planejamento de Ensino e Avaliação**. Porto Alegre, RS. Sagra Luzzato, 1998.

Vasconcelos (2004): VASCONCELOS, Celso do Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004a.

VOLPI, Mario. **A escola que os jovens merecem**. Revista Época, n. 587, ago.2009.

WERNECK, Hamilton. **Prova provão. Camisa de força da educação**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.